

COLEMAN, STEPHEN E BLUMLER, JAY G. (2009)

The Internet and Democratic Citizenship. Theory, Practice and Policy

Cambridge: Cambridge University Press

MARISA TORRES DA SILVA

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

A figura do espectador surdo sentado na fila de trás, descrita por Walter Lippmann em 1922, deixou de fazer sentido quase um século depois – o cidadão está acordado, consegue ouvir o que se passa, mas o espectáculo não lhe agrada particularmente. A exigência do público em falar e em ser reconhecido está fora de questão; mas será que alguém o ouve? Esta e outras perguntas levam Stephen Coleman e Jay G. Blumler, da Universidade de Leeds, a reflectir sobre o desencantamento com as práticas e instituições democráticas e, também, sobre as possibilidades reais que os cidadãos têm de marcar a política do governo.

Mas este não é um livro de meros diagnósticos. É, antes, uma obra que faz sugestões concretas – ou, melhor dizendo, apresenta, no último capítulo, um consistente projecto de e-democracia, incorporando as potencialidades de outras experiências concretas que são analisadas pelos autores e reflectindo criticamente sobre os pontos negativos das mesmas como contributo para a sua própria proposta.

Coleman e Blumler partem da premissa de que a Internet pode melhorar a comunicação pública e enriquecer a democracia e, mais especificamente, de que os media digitais e interactivos constituem um ponto-chave para a concretização efectiva de uma democracia representativa directa.

Ao analisar o papel da Internet como um espaço no qual uma democracia "cívica" poderá emergir, os autores colocam, porém, questões que introduzem desde logo a hipótese de vulnerabilidade dos espaços deliberativos *online*: será que a emergência da Internet mudou o equilíbrio do poder comunicativo no seio das democracias liberais modernas? Será que os cidadãos têm agora mais oportunidade para questionar, comentar, desafiar e influenciar aqueles que os governam (p. 8)?

No entanto, a sua resposta distancia-se quer das perspectivas essencialistas da Internet (como nivelador automático das assimetrias de poder), quer das deterministas (como vítima inevitável da institucionalização política). Para os autores, há algo de inequívoco na potencialidade da Internet na revitalização da comunicação política, ao introduzir novos elementos na relação entre representantes e representados – mas também há aí algo de frágil, pela natureza fragmentária, esporádica e marginal das iniciativas que promovem a "re-ligação" entre aqueles dois conjuntos de actores.

Coleman e Blumler começam por abordar aquilo a que denominam como défice deliberativo da democracia, chamando a atenção não só para a distância entre os espaços deliberativos tradicionais e o seu público, mas também para a falta de canais onde os princípios da deliberação democrática se possam concretizar em pleno. É, pois, tempo de trazer a deliberação "down to earth" – tornar a democracia mais deliberativa, fazer com que o conhecimento e a informação do público sejam uma mais-valia para a tomada de decisão e, sobretudo, levar a sério as diversas formas de conversação política.

Após uma reformulação do argumento da crise da comunicação pública (Capítulo 2), sublinhando a emergência de novos estilos na política e as mudanças ao nível da tecnologia, da organização dos media e da própria estrutura social, os autores sustentam que o surgimento da Internet transformou a democracia representativa directa numa possibilidade realista. Coleman e Blumler dedicam, assim, os Capítulos 4 e 5 à análise de, respectivamente, duas configurações de e-democracia: a participação *online* "top-down", ou seja, projectos patrocinados e geridos pelas próprias instituições políticas; e o modelo "down-below", emergente de movimentos cívicos.

Em cada um dos modelos, os autores centram-se em iniciativas específicas, que servem como "case studies" para aprofundar e discutir as falhas decorrentes de ambas as configurações. No caso dos projectos de e-democracia "vinda de cima" analisados, Coleman e Blumler destacam duas limitações essenciais (p. 111-114): por um lado, a desilusão dos cidadãos com o processo, mostrando-se cépticos em relação ao efectivo interesse dos políticos nas suas contribuições; e, por outro, o próprio receio dos representantes políticos em relação a uma eventual diminuição da sua autoridade devido à comunicação directa com os cidadãos. Os investigadores chamam igualmente a atenção para o facto de estes exercícios de e-democracia serem controlados por instituições que têm um interesse directo no resultado das discussões públicas – o que comporta, em si mesmo, o perigo do surgimento de formas de "pseudo-participação", que têm como objectivo fazer com que as pessoas sintam que estão a participar sem efectivamente o estarem.

Já as iniciativas de e-democracia "vindas de baixo" têm como vantagem a coordenação entre cidadãos dispersos fisicamente e a inclusão de uma série de indivíduos que outra ficariam à margem da discussão. Contudo, a separação entre as redes cívicas e a política institucional, a natureza efémera destes movimentos e a possibilidade de emergência de um activismo de "guerrilha" põem em causa as suas potencialidades (p. 135-138). O espaço comunitário *online* "iCan" promovido pela BBC e a rede de apoio local a mães "Netmums" são analisados enquanto casos de sucesso na forma como a e-democracia "from below" pode operar através de canais de comunicação mediados, ao mesmo tempo que consegue ganhar a atenção do governo. Não obstante, os autores alertam para uma espécie de aversão à política presente nestes espaços, sobretudo no caso do projecto "iCan" (p. 126): o tipo de democracia encorajado era marcadamente individualizado e despolitizado, o que leva Coleman e Blumler a colocar a hipótese de que a BBC não quis comprometer a sua imparcialidade ao fornecer uma plataforma de campanha política tradicional.

A e-democracia não pode, pois, estar confinada a exercícios *ad-hoc*, insustentáveis do ponto de vista da sua concretização e avaliados de forma insuficiente. Por outro lado, a eficácia das estratégias não depende de meros apelos à democratização da cultura política, nem tão-pouco da invocação acrítica e essencialista da tecnologia, como se os males da democracia fossem automaticamente curados através de uma solução técnica (p. 144) – como bem mostra a análise temática do discurso utilizado pelo governo de Tony Blair ao formular uma estratégia para a e-democracia (Capítulo 6).

Em 2001, Coleman e Blumler tinham redigido um manifesto para a criação de um "civic commons" no ciberespaço, *Realising Democracy Today*. Em 2009, o último capítulo deste livro é precisamente dedicado à "re-visita" dos termos da sua proposta original, incorporando as críticas e as dúvidas de alguns autores, mas também tendo em conta as

substanciais transformações que ocorreram nesse espaço de tempo, nomeadamente ao nível do sistema mediático *online*.

Propõem, assim, a criação de um novo tipo de agência pública no contexto britânico, um espaço comum acessível e de confiança, independente (mas não desligado) das constelações existentes de poder. A agência encarregar-se-ia de promover, publicitar, regular, moderar, sintetizar e avaliar a deliberação *online* através das plataformas dos novos media, procurando formas criativas de tornar os recursos comunicacionais disponíveis ao público, em espaços como bibliotecas, clínicas, escolas, centros comunitários e gabinetes municipais (p. 172).

Além disso, um outro papel inovador desta agência consistiria em dar a possibilidade de treino a potenciais moderadores de debates *online*, tendo como objectivo fomentar boas práticas na discussão pública – se dizemos que a liberdade de expressão é central para a democracia, a necessidade de uma conduta civilizada não o é menos. Sublinhe-se um aspecto interessante nas derradeiras páginas do livro, em que os autores exemplificam cenários que dão uma ideia mais concreta do funcionamento da agência em circunstâncias específicas (p. 193-194).

Será que esta proposta tem utilidade para a maioria da população britânica com acesso à Internet? O inquérito desenhado e aplicado por Coleman mostra que sim: há uma necessidade dos cidadãos – mais do que isso, uma exigência – em serem ouvidos, embora haja ainda muito trabalho por fazer junto da população com menos recursos, das mulheres e dos jovens. Não conseguimos, porém, evitar a questão: e por cá, como seria?